SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO ................................................................. 9
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO ................................................................. 11
APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO ................................................................. 13
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO ................................................................. 15

1. Princípios de direito penal ................................................................. 31
   1.1 Conceito, alcance e relevância dos princípios ................................ 31
   1.2 Princípios regentes: dignidade da pessoa humana e devido processo legal ................................................................... 33
   1.3 Princípios constitucionais e infraconstitucionais ......................... 34
   1.4 Princípios explícitos e implícitos ............................................... 34

2. Princípio da individualização da pena .............................................. 36
   2.1 Conceito e importância ................................................................. 36
      2.1.1 Jurisprudência .................................................................. 38
      Etapas de individualização ......................................................... 38
      Individualização legislativa ....................................................... 39
      Individualização judiciária ......................................................... 40
      Individualização judiciária no concurso de agentes ..................... 41
      Individualização executoria ....................................................... 44
      Individualização como direito do réu ......................................... 45
   2.2 Correlação com os demais princípios aplicáveis à pena .................. 45
      2.2.1 Princípio da legalidade ....................................................... 45
      2.2.2 Princípio da isonomia ......................................................... 47
      2.2.3 Princípio da proporcionalidade .......................................... 48
      2.2.4 Princípios da responsabilidade pessoal e da culpabilidade .... 49
      2.2.5 Princípio da humanidade .................................................... 51
   2.3 Individualização judiciária da pena .............................................. 53

3. Conceito de crime ............................................................................. 54
   3.1 Considerações preliminares e delimitação do enfoque ................. 54
3.2 Tipicidade .................................................................................................................. 55
3.3 Ilicitude ...................................................................................................................... 55
3.4 Culpabilidade ........................................................................................................... 56

4. Pena .............................................................................................................................. 59
4.1 Conceito ...................................................................................................................... 59
4.2 Fundamentos ........................................................................................................... 60
4.3 Panorama histórico da pena ..................................................................................... 61
4.4 Epílogo ....................................................................................................................... 73

5. Legislação comparada ................................................................................................. 86
5.1 Índia .......................................................................................................................... 87
5.2 Alemanha .................................................................................................................. 91
5.3 França ......................................................................................................................... 96
5.4 Espanha ..................................................................................................................... 100
5.5 Portugal .................................................................................................................... 103
5.6 Chile .......................................................................................................................... 106
5.7 Paraguai .................................................................................................................... 109
5.8 Argentina ................................................................................................................... 112
5.9 Venezuela .................................................................................................................. 114
5.10 Estados Unidos ....................................................................................................... 118
5.11 Inglaterra e País de Gales ....................................................................................... 123

6. Aplicação da pena ......................................................................................................... 130
6.1 Conceito e natureza jurídica .................................................................................... 130
   6.1.1 Jurisprudência ..................................................................................................... 133
     Processo lógico de aplicação da pena ..................................................................... 133
     Discrição judicial ..................................................................................................... 133
   6.2 Circunstâncias que envolvem o crime ................................................................ 133
     6.2.1 Tipo básico e tipo derivado ........................................................................... 133
     6.2.2 Circunstâncias judiciais ............................................................................... 135
     6.2.3 Circunstâncias legais ..................................................................................... 136
     6.2.3.1 Agravantes e atenuantes .......................................................................... 137
     6.2.3.2 Causas de aumento e diminuição ............................................................. 137
     6.2.3.2.1 Jurisprudência .................................................................................... 141
     Causas de aumento do roubo: inabilidade de aumento aritmético; opção pelo critério
     qualitativo ............................................................................................................. 141
     Obrigatoriedade de apreciação das causas de diminuição .................................. 142
6.2.3.3 Qualificadoras e privilégios .............................................. 142
6.2.3.4 Existência de duas ou mais qualificadoras .................... 143
6.2.3.5 Importância da abrangência do elemento subjetivo ........... 144

6.3 Fases da aplicação da pena .................................................. 145
6.3.1 Primária: eleição do quantum da pena prevista no preceito sancionador do tipo .................. 145
6.3.1.1 Conceito de pena-base .................................................. 145
6.3.1.2 O indebido bis in idem .................................................. 146
6.3.1.2.1 Jurisprudência ...................................................... 147
Bis in idem: tipo básico e pena-base ........................................ 147
6.3.1.3 Métodos bifásico e trifásico ......................................... 148
6.3.1.3.1 Jurisprudência ...................................................... 150
Obrigatoriedade de adoção do critério trifásico ......................... 150
6.3.1.3.2 Exceção quanto a pena de multa .............................. 150
6.3.1.3.2.1 Jurisprudência .................................................. 152
Critério bifásico .................................................................. 152
Proporcionalidade entre pena privativa de liberdade e multa ....... 152
6.3.2 Secundária: opção pelo regime de cumprimento da pena privativa de liberdade .............................................. 152
6.3.3 Terciária: substituição da pena privativa de liberdade por restrições de direitos ou multa, ou opção pela suspensão condicional da pena .................................................. 153

7. Fase primária, segundo o método trifásico ................................ 154
7.1 Fixação da pena-base ............................................................ 154
7.1.1 Critério genérico: culpabilidade como elemento fundamentador e limitador da pena .................. 154
7.1.1.1 Jurisprudência .......................................................... 156
Fundamentação objetiva da culpabilidade: indispensabilidade ........ 156
Culpabilidade como elemento apto à elevação da pena-base ......... 157
7.1.1.2 Intensidade do dolo e grau da culpa ................................ 157
7.1.2 Critérios específicos referentes ao autor ............................ 158
7.1.2.1 Antecedentes ............................................................ 161
7.1.2.2 Conduta social .......................................................... 164
7.1.2.3 Personalidade

7.1.2.3.1 Jurisprudência

Personalidade agressiva focada no fato cometido

Personalidade e semi-imputabilidade

7.1.2.4 Motivos

7.1.3 Critérios específicos referentes ao fato

7.1.3.1 Circunstâncias do fato criminoso

7.1.3.1.1 Jurisprudência

Diferença de circunstâncias em confronto com o mesmo tipo penal

7.1.3.2 Consequências do fato criminoso

7.1.3.2.1 Jurisprudência

Consequência do crime em confronto com elementar do tipo penal

7.1.3.3 Comportamento do ofendido

7.1.4 A quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos

7.1.4.1 Jurisprudência

Ponderação das circunstâncias judiciais

7.2 Aplicação das agravantes e atenuantes e seu quantum

7.2.1 Alcance das agravantes

7.2.2 Espécies de agravantes

7.2.2.1 Reincidência

7.2.2.1.1 Jurisprudência

Constitucionalidade da agravante da reincidência

Constitucionalidade da reincidência específica

Duplo uso da reincidência em fases diversas na Lei de Drogas

7.2.2.2 Motivo fútil

7.2.2.3 Motivo torpe

7.2.2.4 Facilitação ou asseguração da execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime

7.2.2.5 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido
7.2.2.6 Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que pode resultar perigo comum

7.2.2.7 Ofendido ascendente, descendente, irmão ou cônjuge

7.2.2.8 Abuso de autoridade ou prevalência de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica

7.2.2.9 Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão

7.2.2.10 Ofendido criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida

7.2.2.11 Ofendido sob imediata proteção da autoridade

7.2.2.12 Ocasião de incêndio, naufrágio, inundações ou qualquer calamidade pública ou de desgraça particular do ofendido

7.2.2.13 Lubriaguez preordenada

7.2.2.14 Agravantes em crimes envolvendo vários autores

7.2.2.14.1 Critica ao título legal

7.2.2.14.2 Autor intelectual ou dirigente da atividade criminosa

7.2.2.14.3 Autor coator ou indutor da execução material do crime

7.2.2.14.4 Autor instigador ou determinante do cometimento do crime por alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal

7.2.2.14.5 Autor executor ou partícipe de crime cometido mediante paga ou promessa de recompensa

7.2.3 Alcance das atenuantes

7.2.3.1 Atenuantes nominadas e inominadas

7.2.3.2 Espécies de atenuantes nominadas

7.2.3.2.1 Autor menor de 21 e maior de 70 anos

7.2.3.2.2 Desconhecimento da lei

7.2.3.2.3 Motivo de relevante valor social ou moral

7.2.3.2.4 Arrependimento

7.2.3.2.5 Coação resistível

7.2.3.2.6 Cumprimento de ordem de autoridade superior

7.2.3.2.7 Influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima
INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

7.2.3.2.8 Confissão espontânea ........................................ 225
7.2.3.2.9 Influência de multidão em tumulto não provocado ........ 227
7.2.3.3 Atenuante inominada ............................................. 228
7.2.3.3.1 Jurisprudência ............................................... 230
Atenuante inominada e individualização da pena .................. 230

7.2.4 Compensação e quantum das agravantes e atenuantes ...... 230
7.2.4.1 Jurisprudência ............................................... 233
Compensação entre circunstâncias preponderantes .......... 233
Preponderância da reincidência sobre a confissão espontânea .... 233

7.2.5 Compensação das circunstâncias judiciais e legais .......... 234
7.2.6 Limite da pena quando incidentes atenuantes e agravantes . 234
7.2.6.1 Jurisprudência ............................................... 235
Autonomia das fases de aplicação da pena ......................... 235
Inviability de redução abaixo do mínimo por atenuante ...... 235
Viabilidade de redução abaixo do mínimo por atenuante .. 236

7.3 Aplicação das causas de aumento e diminuição da pena ...... 236
7.3.1 Causas de aumento da Parte Geral ................................. 236
7.3.2 Causas de diminuição da Parte Geral ............................. 237
7.3.3 Causas de aumento e de diminuição da Parte Especial .... 237
7.3.4 Compensação de causas de aumento e diminuição ........... 238

8. Fase secundária: regimes de cumprimento da pena privativa de liberdade .. 240
8.1 Regimes fechado, semiaberto e aberto ............................ 240
8.1.1 Regime fechado ............................................... 240
8.1.1.1 Regime disciplinar diferenciado ............................. 243
8.1.2 Regime semiaberto ............................................. 248
8.1.3 Regime aberto ............................................... 249
8.2 Critérios de eleição do regime ..................................... 250
8.2.1 Jurisprudência ............................................... 254
Regime de cumprimento de pena e individualização ............ 254
8.3 Regime fechado inicial previsto na Lei dos Crimes Hediondos .. 254
8.3.1 Jurisprudência ............................................... 258
Regime fechado integral: inconstitucionalidade ..................... 258
Regime inicial fechado obrigatório: possibilidade .............. 258
Regime inicial aberto para traficante: viabilidade ............. 259
9. Fase terciária: penas alternativas e suspensão condicional do cumprimento
9.1 Conceito e natureza jurídica das penas alternativas
9.1.1 Jurisprudência
9.2 Penas restritivas de direitos
9.2.1 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas
9.2.2 Limitação de fim de semana
9.2.3 Interdição temporária de direitos
9.2.3.1 Proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo
9.2.3.2 Proibição de exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público
9.2.3.3 Suspensão da autorização ou de habilitação para dirigir veículo
9.2.3.4 Proibição de frequentar determinados lugares
9.2.4 Prestação pecuniária
9.3 Multa substitutiva
9.4 Suspensão condicional da pena (sursis)
9.4.1 Conceito e natureza jurídica
9.4.2 Condições
9.4.3 Importância e critério de eleição do benefício
10. Parâmetros da individualização da pena
10.1 Política de aplicação da pena mínima
10.1.1 Jurisprudência
10.2 Possibilidade de fixação da pena em grau máximo
10.2.1 Jurisprudência
10.2.2 Possibilidade legal de aplicação da pena máxima
10.2.2 A inconstitucionalidade da pena-padrão da Lei dos Crimes Hediondos........................................................................ 286
10.2.3 A inconstitucionalidade da pena-padrão de multa na Lei 9.472/97 ............................................................................ 288
10.2.3.1 Jurisprudência .......................................................................................................................... 288

Inconstitucionalidade da multa do art. 183 da Lei 9.472/97 .................................................................. 288

10.3 Limite máximo de cumprimento da pena privativa de liberdade e inadequação do sistema penal para lidar com a delinquência perigosa................. 289
10.4 Penas alternativas e multa: prós e contras................................................................................. 294
10.5 Individualização da medida de segurança e juízo de periculosidade............................... 301
10.6 Fundamentação da individualização da pena na sentença ................................................. 304

10.6.1 Jurisprudência .................................................................................................................................. 307

Pena-base devidamente fundamentada ......................................................................................... 307

Utilização de mesma fundamentação do corréu: possibilidade ................................................... 308

10.7 Habeas corpus e dosimetria da pena ......................................................................................... 308

10.7.1 Jurisprudência .......................................................................................................................... 309

Inviabilidade de discussão da individualização da pena por meio de habeas corpus ................. 309

10.8 Revisão criminal e dosimetria da pena ....................................................................................... 310

10.8.1 Jurisprudência .................................................................................................................................. 311

Admissibilidade da revisão criminal para rever a dosimetria da pena........................................... 311

Inadmissibilidade da revisão criminal para rever a dosimetria da pena.......................................... 311

10.9 Individualização executória da pena ......................................................................................... 311

10.9.1 Jurisprudência .................................................................................................................................. 313

Possibilidade de realização do exame criminológico ......................................................................... 313

Não obrigatoriedade do exame criminológico ................................................................................. 315

Igualdade entre sentenciado nacional e estrangeiro ........................................................................ 315

Regressão de regime e individualização ............................................................................................... 315

Visita ao lar no regime semiaberto ........................................................................................................ 316

Perda dos dias remidos .......................................................................................................................... 316

10.10 A busca da pena justa ................................................................................................................ 316

10.10.1 Jurisprudência .................................................................................................................................. 326

A busca da pena justa na jurisprudência ......................................................................................... 326

Pena justa em visão especial da Lei de Drogas .................................................................................. 328

10.11 Conclusão sintética articulada ................................................................................................. 329

BIBLIOGRAFIA ........................................................................................................................................... 333
APÊNDICE: PESQUISA REALIZADA NA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO PAULO

1. Cominação da pena
2. Fundamentação da aplicação da pena
3. Forma de cumprimento da pena
4. Sursis
5. Pena alternativa
6. Penas privativas de liberdade
7. Multas
8. Restrição da liberdade
9. Agravantes/Atenuantes

1. Cominção da pena
2. Fundamentação da aplicação da pena
3. Forma de cumprimento da pena
4. Sursis
5. Pena alternativa
6. Penas privativas de liberdade
7. Multas
8. Restrição da liberdade
9. Agravantes/Atenuantes